

Núcleo de Documentação Histórica da UFPel: um espaço de histórias e memórias

Beatriz Ana Loner^{*}
Lorena Almeida Gill^{**}

Resumo

O Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas acumula as funções de preservação de acervos por meio de um centro especializado em documentação sobre temas vinculados à história social e regional e de laboratório de pesquisa. Dessa forma, constitui-se num centro de documentação com rico e variado acervo, principalmente sobre a região Sul. O NDH funciona há cerca de 19 anos, agregando vários pesquisadores, que contam com o auxílio de bolsistas e estagiários por eles orientados. O artigo pretende apresentar a documentação do NDH, especialmente aquela vinculada à história institucional dos trabalhadores (Delegacia Regional do Trabalho e Justiça do Trabalho), bem como analisar as potencialidades de pesquisa a ela vinculadas.

Palavras-chave: Centros de documentação. Acervos. História do trabalho.

O Núcleo de Documentação Histórica (NDH) foi fundado em março de 1990, sendo aprovado pelo Conselho Coordenador do Ensino, Pesquisa e Extensão (Cocepe) da UFPel como órgão de extensão em caráter permanente, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e contando com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão. Possui, portanto, uma trajetória de 19 anos, permeada de muita história. Ao longo dos anos aglutinou importante documentação sobre trabalho e trabalhadores, especialmente em arquivos vinculados às leis trabalhistas, como os processos da Comarca de Pelotas da Justiça do Trabalho da 4ª Região e as fichas-espelho das carteiras de trabalho da Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Rio Grande do Sul.

^{*} Doutora em Sociologia (UFRGS). Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas e do mestrado em Ciências Sociais - UFPel.

^{**} Doutora em História (PUCRS). Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas e do mestrado em Ciências Sociais - UFPel.

O NDH foi criado, inicialmente, com o objetivo de guardar e pesquisar documentos sobre a história da própria Universidade Federal de Pelotas, mas o tempo e os interesses individuais dos professores pelas pesquisas, aliados à necessidade de preservação de outros arquivos documentais importantes, levaram a que diversificasse suas atividades, contemplando hoje o ensino (prática em preservação de acervos), a pesquisa (de acordo com as áreas de estudo dos seus professores) e a extensão (atendendo a interessados no acervo documental e bibliográfico).

Quando foi constituído, era o único centro de documentação funcionando na cidade de Pelotas, a qual, com exceção da Biblioteca Pública Pelotense (BPP), não possui nenhum arquivo histórico e apenas contava, na época, com dois museus específicos de artes e ciências naturais, vinculados à própria Universidade Federal de Pelotas. Quanto à biblioteca, imenso prédio permeado de livros, revistas e outros documentos históricos, sua capacidade de absorção era muito limitada, em razão do espaço e recursos humanos disponíveis. Guardiã da memória da cidade há mais de um século, a BPP montara seu acervo segundo uma visão muito restrita e tradicional de quais seriam os documentos a serem preservados, que não contemplavam boa parte da história das classes trabalhadoras, ou da história dos “de baixo”, na expressão de Hobsbawm (1998).

Por outro lado, havia a necessidade de um órgão específico na universidade que se preocupasse com a guarda e catalogação de acervos existentes, muitos deles

mal acondicionados e cuja preservação corria riscos constantes. Muito dessa demanda terminava se dirigindo para o Instituto de Ciências Humanas, em razão da existência de um curso de licenciatura em História. Essa reivindicação era ainda maior em áreas tradicionalmente ao desamparo de políticas oficiais de preservação documental, como a memória dos movimentos sociais e sindicais da região.

Assim, o núcleo tornou-se uma espécie de referencial para a preservação de materiais em suporte papel em Pelotas, especialmente aquele constituído de pequenos acervos particulares, de pessoas que queriam “limpar” suas casas e lá iam depositar revistas, jornais ou papéis, especificamente aqueles oriundos de movimentos sociais e sindicais, revistas e jornais alternativos, documentação de eleições e movimentos partidários.

Aos poucos, começou-se a montar um variado acervo também de órgãos e associações representativas, seja com a doação de materiais de sindicatos (Associação dos Servidores da UFPel, Associação dos Docentes da UFPel, Central Única dos Trabalhadores; Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul), seja de movimentos sociais (Movimento Sem Terra, por exemplo) e partidos políticos (Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista Brasileiro, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). Além disso, por meio do mecanismo do comodato, o NDH ficou com a guarda do acervo do Diretório Central dos Estudantes da UFPel, do Grêmio do Centro Federal de Educação Tecnológico

gica (Cefet) e do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores.

No que tange ao recebimento de novos acervos, as duas aquisições mais importantes vieram do Poder Judiciário trabalhista de Pelotas e do Ministério do Trabalho do Rio Grande do Sul, com a incorporação de aproximadamente cem mil processos da Justiça do Trabalho da 4ª Região, da comarca de Pelotas e do acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, com informações acerca das características pessoais e profissionais de trabalhadores do estado desde 1933 até 1968.

Na verdade, os centros de documentação como o NDH (que apenas leva o nome de núcleo em razão de questões internas à própria universidade) nasceram a partir da década de 1970, quando houve o desenvolvimento da rede de pós-graduação no Brasil. Quando as pesquisas começaram a ser feitas, viu-se a necessidade urgente de coletar os materiais dispersos e sem possibilidade de integrar nenhum acervo arquivístico já constituído antes de se desintegrar completamente. Muitas das novas fontes utilizadas pelos historiadores não atraíam o interesse dos institutos de proteção ao patrimônio, que privilegiavam o patrimônio arquitetônico e das belas artes, nem dos municípios ou autoridades em geral, que tendiam a valorizar mais os chamados “documentos oficiais”, arquivos diplomáticos, administrativos ou de alguma forma ligados aos centros de poder do Estado. (BELLOTO, 2004; SCHELLENBERG, 2004).

Com isso, coube às universidades ou a particulares tomarem medidas também no sentido de impedir a perda da memória histórica, criando centros de documentação ou de história oral, ou, ainda, arquivos próprios. (CAMARGO, 1999). Contudo, no caso das universidades públicas, principalmente, foram poucos os centros que conseguiram se estabelecer de forma a ter verbas próprias ou conseguir auxílios institucionais para cumprir essa função. Normalmente, os que obtiveram tais recursos eram ligados à pós-graduação de alguns estados mais ricos da federação, como é o caso do Arquivo Edgar Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas.

Quanto aos demais, normalmente tiveram de se adequar a uma infraestrutura nem sempre compatível com as necessidades da documentação, convivendo com a falta de espaço e de recursos humanos especializados, ao que se acresce o fato de que, em termos de auxílio federal, apenas a partir de 2000 houve linhas de financiamento específicas para a preservação e conservação de acervos em suporte papel, pois até então vigorava a ideia de que patrimônio histórico era algo restrito a construções, vestígios materiais e obras étnicas ou de arte.

Por outro lado, como as necessidades em termos de preservação do patrimônio em suporte papel são muito grandes, tem-se convivido com a falta de espaço e de material adequado para o acondicionamento dos vários documentos; ainda, frequentemente, esses centros têm de dar assessoria a outros projetos que também buscam preservar acervos variados.

Na tentativa de minimizar o problema da falta de material, utiliza-se o método de buscar financiamentos para projetos de pesquisa, que existem em maior número, por meio das agências financiadoras no Brasil, neles incluindo a compra de equipamentos ou de materiais relativos à conservação de acervos já existentes ou a serem criados, como no caso de depoimentos de história oral. Obviamente, essas são medidas parciais, que apenas cobrem algumas das necessidades de um conjunto documental tão vasto quanto o que se tem atualmente.

Com a criação de novos cursos na UFPel, incluindo o Bacharelado em História, que tem forte ênfase em acervos, e o curso de Restauração e Conservação de Acervos, acredita-se ser possível ter um maior suprimento, tanto de mão de obra especializada quanto de recursos financeiros e materiais essenciais para o trabalho.

Após esta introdução, passa-se a detalhar o acervo e as possibilidades de trabalho até agora efetivamente realizadas.

Fundos de arquivos institucionais

a) Acervo da DRT-RS

Os documentos da Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Rio Grande do Sul desde seu início, no ano de 1933, até 1968 encontram-se, a partir de 2001, sob a guarda do núcleo, de acordo com termo de transferência com o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, anterior

depositário desse material. Este acervo contém as “fichas de qualificação profissional”, conhecidas como “fichas-espelho”, com os dados necessários para a feitura das carteiras de trabalho de cada um dos trabalhadores gaúchos de acordo com a legislação trabalhista.

O total do acervo é composto por 1.053 caixas tipo “arquivo morto”, as quais ocupam aproximadamente 11,5 metros cúbicos; existem outras 53 caixas de papel, em tamanho grande, para os registros em forma de livros, com aproximadamente 1,75 metros cúbicos de área. Somam 627.213 fichas com dados e fotos individuais, distribuídas em 12.736 cadernos ou livros. Além disso, há documentos avulsos, como pedidos de benefícios, certificados de reservista, atestados de residência e fotos de pessoas ou atividades sindicais, somando outras 28.593 unidades.

As fichas-espelho se dividem em dois modelos distintos, sendo o mais antigo referente aos anos de 1933 a 1942, e as fichas mais recentes concernentes ao período de 1944 a 1968. As diferenças residem não apenas no tamanho das fichas, mas na quantidade de informações que trazem, pois as mais antigas são mais descritivas, fornecendo um maior número de dados, inclusive o nome completo dos dependentes de cada trabalhador.

O material encontra-se organizado por anos e cidades, em organização que remonta, provavelmente, ao tempo de sua constituição. Muitas fichas apresentam sinais de forte deterioração, especialmente as mais antigas, pois o fato de conterem

fotos fixadas com cola aumentou o assédio de pragas ao acervo, o que se tenta controlar com o uso de processos de desratização e desinsetização.

No NDH este acervo está organizado em estantes com possibilidade de consulta imediata, já tendo sido utilizadas por alguns de nossos alunos em seus projetos de conclusão de curso. Além disso, sob a supervisão da professora Beatriz Loner, foi elaborado um projeto de pesquisa sobre o perfil do trabalhador gaúcho, abrangendo as primeiras décadas do acervo, cujo objetivo principal era criar um banco de dados adequado para a digitação de todas as informações constantes em cada ficha. O projeto já foi concretizado, com a colaboração de professores do curso de Informática Ana Marilza Pernas e Carlos Gil Medeiros e dois estagiários do mesmo curso. Para tanto, conseguiu-se um recurso financeiro, através de um prêmio de R\$ 12.000,00, oferecido pelo concurso “Memórias do Trabalho no Brasil”, uma parceria entre Ministério do Trabalho e Emprego, CPDOC e Fundação Getúlio Vargas.

Com esse financiamento inicial foi possível a contratação de estagiários para a digitação, o que, aliado ao trabalho de bolsistas e voluntários, proporcionou a limpeza e a reorganização dos documentos da primeira década dentro das caixas, ao mesmo tempo em que foi criado o Banco de Dados digital. Finda a primeira pesquisa, em que se digitaram os dados referentes aos primeiros sete anos (1933-1939), continuamos o lento trabalho de digitação dos demais anos, com outros projetos e bus-

cando novas verbas. Para tentar manter a digitação, trabalha-se com bolsistas de iniciação científica, ou eventuais monitores, ou estagiários por poucos meses, razão por que o trabalho de digitação tende a demorar. Além disso, a própria procura pela carteira de trabalho a partir do início da década de 1940 cresce exponencialmente, o que faz com que cada ano de pesquisa demore mais do que o anterior para ser completado. De toda forma, talvez em parte isso possa ser compensado a partir de meados da década de 1940 por meio da troca da escrita manual na ficha pela mecânica, com o uso de máquinas de escrever, o que tornará a digitação mais rápida. Também se pensa na utilização de *software* de leitura de escrita manual, possibilidade já aventada e que pouparia muita mão de obra nesta fase da pesquisa.

Realmente, o principal problema a ser enfrentado é a falta de financiamento, pois a criação/alimentação de banco de dados não é privilegiada por nenhuma linha de financiamento acadêmico. A virtual hegemonia da pesquisa qualitativa, neste momento, na área de história parece não deixar espaço para a compreensão da importância desses fundos seriais, que só têm aplicação prática se forem usados em grandes quantidades e com sua comparação através do tempo. Contudo, essa falta de verbas prejudica, inclusive, a preservação do material, pois junto com o trabalho de digitação estão sendo feitas a limpeza e a reorganização do acervo.

Sabe-se que em poucas unidades da federação esse tipo de acervo foi preserva-

do, além de cobrir uma fase decisiva para a constituição do trabalhador brasileiro e a implantação de estrutura sindical, o que deixa clara a importância do arquivo da DRT gaúcha. Não se desistiu da pesquisa com o material, mas é importante ter clareza dos problemas enfrentadas ao lidar com esse tipo de acervo.

b) Acervo da Justiça do Trabalho da região de Pelotas

Os processos da Justiça de Trabalho da Primeira e Segunda Vara da região de Pelotas, num total de mais de cem mil processos, estão sob a guarda do núcleo. Já está com o NDH o material referente aos anos de 1941 até 1991 e devem ser acrescentados a este, em breve, os processos até 1995, para os quais ainda não se conseguiu espaço dentro das acanhadas instalações disponíveis.

A lei nº 7.627, de 10 de novembro de 1987, dispõe sobre a eliminação dos autos findos da Justiça do Trabalho e, como resultado, uma boa parte dos processos trabalhistas no estado foi incinerada. No caso particular deste arquivo, a medida ainda não havia sido implementada. Então, por meio de uma ação mediada pelo Memorial da Justiça do Trabalho do Estado do Rio Grande do Sul, foi possível receber este material em comodato, com a própria Justiça tratando de compor prateleiras e entregando a documentação já organizada e com instrumento de busca informatizado; assim, couberam-nos apenas a sua guarda e disponibilização para consultas de pesquisadores. Inicialmente, tinha-se trata-

do dos processos até o ano de 1991, mas este prazo foi ampliado para o ano 1995; quanto aos processos findos depois desta data, são enviados para Porto Alegre, passando a fazer parte de acervo estadual do próprio tribunal. Em termos de metragem, ocupam uma área aproximada de 34,86 metros cúbicos e constam, até o ano de 1991, de 100.500 processos.

Contudo, esse material pode ainda ter valor de consulta legal, não apenas histórico. Muitos trabalhadores se valem dos processos ou documentos anexos a eles para comprovar seu tempo de serviço, seus direitos trabalhistas, e assim por diante, ou seja, há que se conciliar o atendimento ao pesquisador de carreira com aquele que tem apenas interesse individual em algum processo. O núcleo possui um setor de atendimento ao público em horário comercial e com critérios definidos, mas, no caso de interesses individuais, não de pesquisadores neste particular acervo, atende-se apenas àqueles que são encaminhados pelo setor da Justiça do Trabalho da região, o que lhes dá o direito de consulta dentro do núcleo, como qualquer pesquisador. Nestes casos, apenas os próprios integrantes do processo em questão, ou seus familiares e advogados, podem consultá-lo, sendo exigida alguma comprovação de vínculo.

Com relação à pesquisa, embora o material se preste à análise qualitativa e quantitativa, apenas neste ano foi defendida uma monografia de conclusão de curso na área de história trabalhando com o material em forma quantitativa. Contudo, há projetos no mestrado em Ciências Sociais

e no mestrado de Memória e Patrimônio que estão utilizando, com bons resultados, a abordagem qualitativa do acervo, buscando processos movidos contra determinada empresa, ou maiores dados sobre alguns trabalhadores, dos quais, por outros meios, inclusive história oral, se persegue a trajetória.

Esses processos chegaram a partir do segundo semestre de 2006, e sabe-se que é lento tal modo de incorporação de novos acervos pelos estudiosos. Contudo, o que podemos asseverar é que o material, agora, está à espera dos pesquisadores sem correr maiores riscos do que aqueles advindos do próprio passar do tempo sobre o suporte papel.

É uma segurança saber que em todo o Brasil historiadores e outros profissionais ligados à área estão preocupados com a preservação desses materiais, parte importante para que se possa contar a história das relações do trabalho no Brasil nos últimos sessenta anos. Em muitos casos, a legislação já foi cumprida e partes inteiras da memória dos conflitos de trabalho institucionalizados desapareceram para sempre. Entretanto, é necessário despertar o interesse pelo estudo acadêmico dessas fontes, como prova de demonstrar sua importância para a pesquisa.

Outros acervos documentais

Um outro fundo existente no NDH contém folhetos que se vinculam à Igreja Positivista do Brasil (IPB), fundada em 11 de maio de 1881 por Miguel Lemos, para

difundir a Religião da Humanidade, construída por Augusto Comte, a fim homenagear Clotilde de Vaux, sua inspiradora e musa.

Os autores desses documentos são o próprio Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, que se aliou ao primeiro, tendo uma importância fundamental na trajetória do positivismo ortodoxo brasileiro; ainda, Joaquim Bagueira Leal, médico militar, cujos escritos se vinculam, na maior parte das vezes, ao que se chamava de “despotismo sanitário” e também ao “livre exercício da medicina”.

Os folhetos, que abarcam o período entre 1885 e 1927, versam sobre vários assuntos, concentrando suas análises, no entanto, em temáticas como a separação entre Igreja e Estado, o republicanismo, a Revolta da Vacina, o respeito às mulheres, a proteção aos animais e à corporação médica. Esse material foi digitalizado com a intenção de se produzirem séries documentais, a fim de facilitar o acesso aos pesquisadores. Além disso, foi publicado um CD (2008) com os folhetos que tratam de questões médico-sanitárias, o qual está sendo distribuído a centros de pesquisa e/ou pesquisadores interessados no assunto. Dessa forma, podem-se manter intocados os documentos, ao mesmo tempo permitindo sua consulta mais facilmente.

Como sabem todos os que trabalham com centros de documentação, manter coleções por proveniência é uma tarefa complicada, em razão da falta de pessoal especializado para cuidar dos arranjos, catalogá-los e elaborar um índice que per-

mita o entrecruzamento dos fundos para a recuperação da informação. O trabalho de cuidado dos arranjos, via de regra, é feito por alunos e estagiários, sobre uma seleção já feita ao longo dos anos por outras pessoas. Assim, segue-se essa regra apenas com relação ao material guardado via comodato, ou aqueles materiais que dispõem de uma massa documental maior, como os assinalados. Quanto aos demais, o problema da dispersão das doações (concernente ao tipo do material e tempo de chegada ao núcleo), aliado ao fato da falta de pessoas para classificar e informatizar o acervo, terminou levando a que se optasse por fundos temáticos, ou por tipo de material, o que é mais produtivo e melhor para um órgão cuja primeira função é auxiliar a pesquisa de alunos iniciantes.

Em relação a fundos temáticos, a maior parte deles é composta por assuntos vinculados ao trabalho ou à região, estando quase todos já classificados, embora não informatizados. No que diz respeito a fundos por diferenciação de material, destacam-se os seguintes:

- a) *Periódicos*: mantém-se um bom número de títulos, como resultado de doações diversas, os quais se dividem entre jornais de associações, sindicatos e partidos, periódicos da imprensa alternativa, especialmente da época da ditadura militar, ou coleções de revistas, como *Veja*, *Isto É*, *Caros Amigos*. Há também um bom número de revistas acadêmicas da área de ciências humanas, conseguidas

por meio de intercâmbio e disponíveis para empréstimo.

- b) *Livros*: quanto a estes, a maior parte foi conseguida por doação e consiste num conjunto muito dispar, no qual há títulos novíssimos e de muito uso e outros de menor procura e valor científico, sendo apenas mantidos pelo fato de serem da área de humanas em geral. Também se encontram depositadas no núcleo as monografias dos alunos de graduação, dissertações, teses e demais trabalhos que digam respeito aos assuntos estudados pelos seus pesquisadores, tais como movimentos sociais, trabalho, carnaval, negritude, saúde, modernização e urbanização e região Sul. Todo esse material está disponível para empréstimo a alunos e pesquisadores.
- c) *Fotos*: há coleções de fotos sobre vários temas, destacando-se aqueles pertencentes à formação da universidade, classificadas e preservadas da forma mais conveniente possível.
- d) *Mapas antigos da cidade de Pelotas e de seus bairros*: a maior parte deste material pertencia à família de Augusto Simões Lopes, que foi intendente de Pelotas (entre 1924 e 1928), depois prefeito (23 de junho de 1932 a 2 de março de 1933), além de idealizador de algumas das mais importantes

vilas operárias da cidade. Na verdade, tratava-se de loteamentos, alguns com infraestrutura bastante precária. Os documentos, que contam com mapas do século XIX, foram doados por sua neta, professora aposentada do instituto, Hilda Simões Lopes.

Os demais materiais compõem um agregado ainda não muito bem organizado, inclusive pela sua variedade, como *bottons*, flâmulas, panfletos eleitorais, camisas de campanha, e assim por diante. Há também muito material fotocopiado, doado por pesquisadores ao término de seus trabalhos e lá deixado para subsidiar outros estudos, em razão de dificuldade de acesso aos originais.

Acervo de história oral

Com relação à história oral, o NDH constituiu rico acervo de entrevistas sobre temas variados, como depoimentos de trabalhadores sem terra e assentados, entrevistas com imigrantes e trabalhadores negros, professores da UFPel, trabalhadores de ofícios em extinção, além de médicos, visitadoras sanitárias e adoentados.

Sobre saúde e doença, há alguns anos se têm desenvolvido projetos de pesquisa que envolvem a trajetória da tuberculose na cidade de Pelotas. Os relatos, neste caso, têm sido mais difíceis de serem obtidos, tendo em vista a presença ainda muito forte do estigma. Assim, poderíamos pensar no que Ansart (2004, p. 15) denominou de “memória ressentida”, uma vez

que, nos depoimentos de enfermos e familiares, um dos temas recorrentes é a hostilidade com que muitos foram tratados ao longo de suas vidas.

Para o autor, a questão dos ressentimentos traz dificuldades na abordagem, uma vez que se torna necessário

compreender e explicar aquilo que precisamente não é dito, não é proclamado; aquilo que é negado e que se constitui, entretanto, como um móbil das atitudes, concepções e percepções sociais. O objeto esquiva-se; é preciso reformular a hipótese de sua importância e reconstituir o invisível que, se não é totalmente inconsciente, ao menos em parte não é consciente. (ANSART, p. 29).

A memória dos ressentimentos e dos ressentidos, que carregam sentimentos duradouros, cultivados e acalentados às vezes ao longo de toda uma vida (KONSTAN, 2004, p. 61), tem sido abordada, portanto, por meio de projetos vinculados à saúde e à doença.

É por isso que podemos dizer que trabalhamos com histórias e memórias. Memórias no sentido abordado por Khoury (2004, p. 118), ou seja, como uma categoria fundamental para compreender o processo histórico:

Ao lidarmos com a memória como campo de disputas e instrumento de poder, ao explorarmos modos como memória e história se cruzam e interagem nas problemáticas sociais sobre as quais nos debruçamos, vamos observando como memórias se instituem e circulam, como são apropriadas e se transformam na experiência social vivida. No exercício da investigação histórica por meio do diálogo com pessoas, observamos, de maneira es-

pecial, modos como lidam com o passado e como este continua a interpelar o presente enquanto valores e referências.

Os depoimentos costumam ser gravados em meio digital, ficando a escuta disponível após a assinatura do termo de cessão.

Atualmente estamos também trabalhando com a filmagem, já que a memória “[...] se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. (NORA, 1993, p. 9). A utilização da filmagem se justifica em relação à linguagem corporal, a atitudes, a olhares, que algumas vezes, mais do que por palavras, deixam perceber muito da experiência de vida da pessoa entrevistada.

Com a chegada de novos equipamentos de imagem e som, vinculados à abertura do curso de Bacharelado em História, está sendo montado um laboratório exclusivo para história oral, possibilitando setorializar essa parte do acervo em um local de melhor funcionalidade e especialização para o trabalho, sob a coordenação da professora Lorena Gill.

Atendimento ao público e pesquisa

O núcleo, contudo, não é apenas um local de guarda de acervos; funciona também como uma espécie de biblioteca especializada, disponibilizando revistas da área de história e ciências humanas, livros e material bibliográfico sobre a história de Pelotas e região, movimentos sociais, partidos políticos, etnicidade e identidade

negra, além das monografias de conclusão de curso dos alunos da História, que se tornam disponíveis para empréstimo e/ou consulta local. Para tratar de todas essas questões, contamos com o auxílio de dois técnicos administrativos, um deles formado em História.

Soma-se a isso o início de formação de um acervo informatizado, com fotos e documentos em meio digital, colhidos em entrevistas e/ou pesquisas realizadas ao longo de todos esses anos. Agora, busca-se passar também para a fase de disponibilização de documentos em CD ROM, de que é exemplo um recente feito sobre a Igreja Positivista do Brasil e a sua relação com a saúde, editado em 2008. Para 2009 pretende-se lançar cópias da digitalização das obras *Rio Grande do Sul: imagens da terra gaúcha*, de Morency do Couto e Silva, e *O estado do Rio Grande do Sul*, editado por Monte Domecq e Cia. em 1916, ambos fontes importantes sobre história e iconografia pictográfica do nosso estado.

O núcleo edita o periódico *História em Revista* desde 1994, revista acadêmica anual, que estará lançando seu 15º número em 2009. Com circulação ampla, é enviada a todos os programas de pós-graduação em história no Brasil e até mesmo para fora do país, sendo encontrada na Biblioteca do Senado Americano, na Biblioteca da Universidade de Buenos Aires, além de bibliotecas do México, do Uruguai, do Panamá, da África do Sul, entre outras.

Ainda são promovidos periodicamente seminários, jornadas e encontros, com destaque àqueles vinculadas ao grupo de

trabalho Mundos do Trabalho, tanto o GT nacional, que teve sua primeira jornada em Pelotas, como o regional, da Anpuh - RS. No setor de extensão (e também pesquisa) presta-se assessoria a grupos que trabalham ou trabalharam com outros acervos, como do clube negro Fica Aí para ir Dizendo, os sindicatos da Alimentação, dos Bancários, dos Professores da UFPel e o Instituto Mario Alves, todos de Pelotas. Destaca-se ainda o trabalho de coordenação realizado pela professora Beatriz Loner em relação à organização e classificação do Arquivo Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, e do professor Paulo Pezat, sobre o arquivo da Câmara Municipal de Pelotas, também sediado na Bibliotheca, e do Arquivo da Associação Rural de Pelotas, que já resultou na publicação de um livro em 2008.

Quanto aos projetos de pesquisa, são diferenciados entre os professores, embora haja trabalhos em equipe congregando dois ou mais pesquisadores. Nesse ponto deixa-se ao livre arbítrio de cada um, sabendo-se que o trabalho de todos soma pontos para o crescimento do acervo e a consolidação do núcleo. A incorporação de novos docentes aos quadros do núcleo, por conta das contratações recentemente realizadas para o Departamento de História, poderá dar maior fôlego ao trabalho, conforme se espera.

Considerações finais

O NDH, ao longo destes 19 anos, vem realizando inúmeros trabalhos no campo da pesquisa, do ensino e da extensão.

A ideia inicial de um centro de documentação que agregasse, preferencialmente, a história da universidade e da região Sul há muito foi modificada, sobretudo com a chegada dos documentos da Delegacia Regional do Trabalho e da Justiça do Trabalho. Com esse acervo passou-se a ter à disposição uma excelente fonte em relação ao mundo do trabalho e dos trabalhadores, construindo projetos em torno dessa temática, que é muito rica, especialmente se, seguindo as tendências recentes, for entendido como mundo do trabalho aquele formado pelos trabalhadores do campo e da cidade, em suas mais diversas facetas, como morador de bairros, organizador e produtor de oportunidades de lazer e socialização (esportes, clubes), consumidor de produtos, cidadão e também dono de um ofício especializado.

Algumas dessas facetas podem ser exploradas nesses documentos oficiais, especialmente para se observar a composição do ser operário e as formas como ocorre seu relacionamento com seus patrões, além das disputas que se estabelecem dentro do universo do emprego. Contudo, outras só podem ser recuperadas por meio da história oral, instrumento por excelência para a pesquisa contemporânea com pessoas simples, que poucos indícios deixam de sua vida em termos oficiais ou escritos. Assim, conseguiu-se aliar a pesquisa de amplos setores e categorias da sociedade com a produção também de novos documentos para o registro dessas vidas e futuras pesquisas.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas, no entanto, é com relação ao

financiamento de projetos vinculados ao acervo, o que parece se constituir numa espécie de “obstáculo ao trabalho”, já que a preservação de *corpus* documental do NDH pode correr risco em virtude da falta de materiais de tratamento adequados. Outro problema encontrado é a necessidade de ampliar o espaço físico, uma vez que muitos documentos estão guardados sem que se tenham condições de promover um acesso mais amplo da comunidade a estes.

No que diz respeito à mão de obra, foi sendo ampliada e qualificada tendo em vista a criação de novos cursos e a contratação de novos professores, com atuação mais direcionada à constituição de arquivos e centros de documentação.

Por fim, é importante ressaltar que o NDH é um lugar de histórias por buscar “as continuidades temporais, as evoluções e as relações das coisas” (NORA, 1993, p. 9), mas, sobretudo, um lugar da memória, por ser composto de restos e fragmentos, mantidos pelo sentimento de que não há memória espontânea e que os arquivos, centros ou núcleos têm o papel de perpetuar as marcas de nossa vida, as quais, se não fossem por esses espaços, estariam perdidas para sempre.

UFPel's Center of Historical Documentation: a space of stories and memories

Abstract

The Núcleo de Documentação Histórica of Universidade Federal de Pelotas gathers the functions of preservation of archives, through a center specialised in documentation about themes related to the social and regional history and research laboratory. This way, a Documentation Center with rich and varied archives, mainly about the south region, is formed. NDH has been working for about 19 years, gathering several researchers, which count with of students with scholarships and interns oriented by them. The article intends to show the documentation of NDH, specially that linked to the institutional history of workers (Delegacia Regional do Trabalho and Justiça do Trabalho), as well as analyze the potentialities of researches linked to it.

Key words: Documentation centers. Archives. Labour history.

Referências bibliográficas

ALBERTI, V. História oral e arquivos. In: SILVA, Zélia (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 31-40.

ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, M.; NAXARA, M. (Org.). *Memória e res(sentimento): indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

BELLOTTO, H. *Arquivos permanentes*. Tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CAMARGO, C. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Z. (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 49-63.

FENELON, D. et al. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

HOBSBAWM, E. *Sobre história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

KONSTAN, D. Ressentimento – história de uma emoção. In: BRESCIANI, M.; NAXARA, M. (Org.). *Memória e res(sentimento): indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: Ed. PUC/São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos*. Princípios e técnicas. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.